



Senado dará urgência a Sistema Único de Segurança, diz Eunício

Presidente do Senado garantiu que proposta entrará na pauta assim que chegar à Casa. Pela previsão, texto já devia ter sido votado na Câmara

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Presidente do Senado, Eunício Oliveira, ao lado de Pedro Chaves (E): "Aprovamos mais de 15 propostas sobre segurança"

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que vai dar urgência à votação da proposta que cria o Sistema Único de Segurança Pública. O projeto, porém, ainda aguarda decisão da Câmara. A previsão inicial era que os deputados votariam a proposta até terça-feira, o que não ocorreu. Quando o texto chegar ao Senado, disse Eunício, será pautado imediatamente.

O senador destacou que a Casa avançou, desde o início do ano, na votação de propostas sobre segurança pública e microeconomia, temas elencados como prioridade do Senado.

Eunício também disse que o projeto que libera a privatização da Eletrobras, também na Câmara, precisa ser mais bem debatido. Para ele, é preciso definir melhor como o dinheiro será gasto.

Comissão vai analisar aumento da punição para crime em escola

Pena maior para roubo com uso de explosivos vai a votação na terça

3

Indicação de embaixadora para Camarões segue para o Plenário

O Brasil precisa investir mais no continente africano, defendeu a diplomata Vivian Loss Sanmartin na Comissão de Relações Exteriores ontem.

Indicada para o cargo de

embaixadora na República de Camarões e cumulativamente no Chade, a diplomata passou por sabatina no colegiado. A indicação foi aprovada pelos senadores e agora segue para análise do Plenário. 4

Pedro Franco/Agência Senado



O presidente da comissão, Fernando Collor, recebe a diplomata em sabatina



Janete de Araújo/Agência Senado

Paim defende texto e lembra que Estatuto da Pessoa Idosa completa 15 anos

Senado aprova 2018 como ano de defesa dos direitos dos idosos

O Plenário aprovou ontem um projeto que institui 2018 como o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. Ao longo do ano, diversas ações e eventos deverão ser promovidos pelo

poder público para incentivar a valorização do idoso, estabelece o texto, que segue para a sanção.

O senador Paulo Paim, que foi relator do projeto, comemorou a aprovação. 3

CPI acompanha investigação de morte de menina em SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos vai ouvir o delegado, o promotor e os juízes que atuam no caso de uma menina de 5 anos que foi espancada até a morte no interior de São Paulo, no início do mês. Os pais dela foram presos suspeitos de praticar o crime. A CPI quer saber se houve omissão do poder público na proteção da criança. 2

Avança acordo para construção de ponte Brasil-Paraguai

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem acordo firmado entre Brasil e Paraguai para a construção de uma ponte ligando os municípios de Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, no departamento de Alto Paraguay.

Para o relator do texto, Pedro Chaves, a ponte aumentará a competitividade dos produtos brasileiros. 4

Fórum da água deve deixar bom legado, diz Viana 3

MP sobre venda de petróleo pode ser ampliada 4

Debate no DF aborda violência doméstica 4

Audiência destaca papel de líderes comunitários

Roque de Sá/Agência Senado



Hélio José (C) coordena debate sobre valorização das lideranças comunitárias

Lideranças comunitárias ajudam a articular com os governos problemas das comunidades, de buracos nas ruas a abusos de autoridade. A avaliação foi feita ontem em audiência sobre o tema na Comissão Senado do Futuro. Para o presidente da comissão, senador Hélio José, a cidadania começa nas comunidades. O Senado vai homenagear essas lideranças em maio. 2

CPI vai ouvir autoridades sobre morte de criança

Comissão que investiga maus-tratos a crianças e adolescentes convidará delegado, promotor e juízes sobre caso de menina que foi espancada no interior de São Paulo no início do mês. Pais são os suspeitos

A CPI DOS Maus-Tratos aprovou requerimentos para ouvir autoridades que atuam no caso da morte de Emanuely Aghata da Silva, de 5 anos, ocorrida em 2 de março, em Itapetininga (SP). O corpo da menina apresenta sinais de espancamento e os pais dela foram presos, suspeitos de praticar o crime.

Magno Malta (PR-ES), que preside o colegiado, quer esclarecimentos sobre as circunstâncias em que se deu a morte da menina e se houve omissão do poder público na proteção da criança. O senador esteve em Itapetininga, conversou com autoridades e acredita que os pais são culpados. Para Malta, a CPI precisa pensar em medidas que possam coibir novos casos de violência contra crianças:

— A vida dela não vamos trazer de volta. O que podemos fazer para evitar novos casos como o de Emanuely? O que temos que propor, qual é a legislação que devemos propor? Qual tipo de cuidado temos que tomar? Precisamos deixar

um legado, uma legislação que possa minimamente salvar alguém — afirmou.

Convidados

Na audiência, ainda a ser agendada, o colegiado quer ouvir o delegado responsável pelo inquérito, Eduardo de Souza Fernandes, o juiz que conduz o processo criminal, André Luís Bastos, e o juiz responsável pela análise do processo, Alfredo Fonseca.

Também foram aprovados requerimentos para convidar o juiz da Vara da Infância

de Itapetininga, Alessandro Vieira de Paula, o promotor Leandro Conte de Benedicto e o conselheiro tutelar Clayton Ferreira Soares. Serão ainda convidadas para falarem de forma reservada à CPI as psicólogas que atuam como peritas no processo judicial.

Os pais de Emanuely, Phelipe Douglas Alves, de 25 anos, e Débora Rolim da Silva, de 24 anos, tiveram a prisão preventiva decretada pela Justiça um dia após o crime e permanecem na penitenciária de Tremembé, em celas isoladas.



Malta quer debater formas de evitar que casos semelhantes aconteçam

Viana diz que o Judiciário persegue Lula e vive crise

Jorge Viana (PT-AC) defendeu o ex-presidente Lula, que, condenado em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tem um pedido de habeas corpus preventivo em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Para o senador, o ex-presidente é vítima de perseguição por parte do Judiciário. Viana afirmou que o Brasil vive uma crise institucional e que o Judiciário vive a sua pior crise. Para o senador, quem deveria ser investigado são os magistrados que condenaram Lula.



Hélio José: síndrome de Down é condição genética, não doença

Ao lembrar o Dia Internacional da Síndrome de Down, 21 de março, Hélio José (Pros-DF) lamentou o fato de ainda haver muito preconceito e falta de informação sobre o tema.

— Não se trata de uma doença, mas de uma condição genética, uma vez que a pessoa com Down tem 47 cromossomos em vez dos habituais 46. Uma a cada 700 pessoas no mundo tem essa diferenciação, independentemente de cor, classe social ou região geográfica. A pessoa com Down tem condições de estudar, trabalhar, de se desenvolver pessoal e profissionalmente e de ocupar um lugar digno na sociedade.

Dário homenageia as cidades de São José e Florianópolis

Dário Berger (PMDB-SC) homenageou os municípios catarinenses de São José, que completa 268 anos, e Florianópolis, que chega a 345 anos de fundação em março. O senador disse se sentir honrado pelo fato de ter sido prefeito das duas cidades, em ambas por dois mandatos consecutivos.

Foi em São José que Dário iniciou a vida pública. De acordo com ele, a cidade é a quarta do estado em população e a quinta em termos de economia.



Lasier lamenta briga entre ministros do STF

O conflito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes, ocorrido na quarta-feira, foi lamentado por Lasier Martins (PSD-RS).

O senador defendeu mudança no rito das escolhas de ministros do Judiciário, cuja indicação, hoje, compete exclusivamente ao Presidente da República.

Lasier lembrou que apresentou a PEC 35/2015, determinando que a indicação para os cargos de ministros dos tribunais superiores saia de uma lista tríplice aprovada por um colegiado.



Ana Amélia critica revisão de prisão em 2ª instância

Caso o Supremo Tribunal Federal (STF) reveja a prisão após condenação na segunda instância da Justiça, a Operação Lava Jato será sepultada, avaliou Ana Amélia (PP-RS).

Em 2016, a maioria dos ministros da Corte entendeu que a pena pode começar a ser cumprida após condenação na segunda instância da Justiça. Ações impetradas no STF, contudo, visam mudar esse entendimento.

— Se o Supremo voltar atrás será um retrocesso e praticamente um selo de morte na Lava Jato, que tantas esperanças trouxe ao Brasil.



Rose defende desoneração para o setor produtivo

O nível de tributação imposta pelo Estado acaba por sufocar a produção industrial, disse Rose de Freitas (PMDB-ES). Já que não se discute uma reforma tributária séria e efetiva, a desoneração tributária do setor produtivo brasileiro deve ser aprofundada, afirmou a senadora.

— Não pode ser, no entanto, uma desoneração vertical, localizada pontualmente. Estamos cansados de saber que renúncias fiscais direcionadas a setores específicos acabam por ser fonte de ineficiência, de distorção competitiva.



Paim propõe combate à violência contra crianças

Paulo Paim (PT-RS) informou que pretende iniciar na Comissão de Direitos Humanos (CDH) uma campanha nacional de combate à violência contra crianças e adolescentes.

O símbolo da campanha vai ser Naiara Soares Gomes, de 7 anos, que foi estuprada e morta no dia 9 de março, em Caxias do Sul (RS), depois de ter sido raptada quando caminhava para a escola. O corpo da garota só foi achado 13 dias depois num matagal de uma região pouco habitada da cidade.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão para pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Sistema Único de Segurança terá urgência no Senado, garante Eunício

Proposta faz parte da pauta prioritária e estava prevista para ser votada nesta semana. Porém, ainda depende de decisão da Câmara

PREVISTO INICIALMENTE PARA ser aprovado até terça-feira desta semana pelo Congresso, o projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) ainda aguarda uma definição da Câmara dos Deputados. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reforçou ontem que pautará a proposta para que seja votada com urgência quando ela chegar à Casa. Ele lembrou que o Senado avançou na pauta de segurança pública e de microeconomia desde o ano passado:

— Não depende de mim. Eu farei isso de imediato [colocar em urgência] quando chegar aqui. Aprovamos quase 20 matérias sobre economia, mais de 15 sobre segurança pública, como fim de foro privilegiado e abuso de autoridade, desde agosto do ano passado. A Câmara tinha outra pauta — disse o presidente.



Jane de Almeida/Agência Senado

Eunício diz que vai pautar a proposta assim que ela chegar ao Senado

Eunício frisou que o Senado captou desde o ano passado o sentimento das ruas ao priorizar projetos que garantam a retomada do crescimento, a geração de empregos e o enfrentamento ao problema da segurança pública.

— Tenho convicção de que a sensibilidade que o presidente [da Câmara] Rodrigo Maia tem

fará com que essas matérias sejam votadas — avaliou.

Eletrobras

Ao comentar o projeto de privatização da Eletrobras, que também depende de definição da Câmara, Eunício disse que a preocupação é garantir verbas para a gestão de recursos hídricos e de segurança pública.

— Esse projeto da Eletrobras precisa ser debatido. É preciso saber para onde vai o dinheiro. Não vamos aprovar um projeto apenas por aprovar. Sabemos as dificuldades que passa o Nordeste na questão de recursos hídricos. E a gente precisa destinar recursos novos para que eles possam ser incorporados à questão da segurança pública e dos recursos hídricos.

Indagado se as campanhas eleitorais podem atrapalhar a votação do projeto, Eunício disse que o Senado não deixará de votar propostas importantes nem no período eleitoral.

— O Congresso vai funcionar normalmente até o início das eleições e no período eleitoral vamos fazer mutirões para que os senadores possam se dividir em relação a ficar aqui no Congresso, votar matérias importantes e, ao mesmo tempo, participar da campanha.

Comissão discutirá aumento de penas para crimes nas escolas ou próximo delas

Uma das propostas relacionadas a segurança foi discutida ontem no Plenário. Os senadores aprovaram requerimento de Lindbergh Farias (PT-RJ) para projeto que agrava penas para crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residências ou nas escolas ou próximo delas ser discutido em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

No início da semana, os senadores divergiram sobre a viabilidade da aprovação do PLS 469/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB), que estava

na pauta. Desde que o Senado, por determinação de Eunício, priorizou a pauta da segurança pública, a senadora Simone Tebet (PMDB-MS) vem coordenando os trabalhos para dar andamento a propostas relacionadas a essa temática. Na terça-feira, na discussão que resultou no adiamento da votação do PLS 469/2015, ela anunciou que atuará com o senador Benedito de Lira (PP-AL), relator na CCJ, para aprimorar o texto.

A CDH também debaterá outras duas propostas que alteram penas.

Proposta sobre roubo com uso de explosivos deve ser votada na terça

Também foi aprovado em Plenário requerimento para votar na terça-feira, com urgência, projeto que aumenta as penas para furto ou roubo com uso de explosivos. O PLS 149/2015, de Otto Alencar (PSD-BA), foi aprovado pela Câmara com alterações no final de fevereiro e por isso retornou ao Senado.

O novo texto dos deputados incorporou a obrigatoriedade de instalação em caixas eletrônicos de equipamentos que inutilizem as cédulas em caso de arrombamento.

Outra urgência aprova-

da ontem refere-se ao PLS 181/2017 — Complementar, de Romero Jucá (PMDB-RR), que estabelece a competência da Justiça Eleitoral para julgar ações envolvendo disputas intrapartidárias ou a validade de atos partidários. A proposta também foi incluída na ordem do dia de terça-feira.

De acordo com o texto, aprovado quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a Justiça Eleitoral se limitará a examinar a validade formal, o enquadramento na legislação eleitoral e o respeito aos direitos dos filiados.

Para Viana, Fórum Mundial da Água é um sucesso

O 8º Fórum Mundial da Água é um sucesso de organização e de participação da sociedade, avaliou Jorge Viana (PT-AC), presidente da subcomissão temporária que acompanha o evento, criada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O Senado teve participação ativa no fórum. Viana disse esperar um “bom legado” do fórum: mais consciência social sobre a importância da água e mais disposição dos governos e parlamentos de trabalharem pela água e pelo saneamento como direitos do cidadão.

No entanto, ele lamentou a falta de grandes lideranças mundiais no evento.

— Sei que são os países mais pobres que sofrem com a falta

de água e parece que os países ricos não se interessam muito por essa agenda. Mas serão eles que vão sofrer as consequências, caso o mundo siga nessa insensatez de deixar



Leopoldo Silva/Agência Senado

Apresentação na Vila Cidadã, no 8º Fórum Mundial da Água

uma parcela da população sem acesso à água e ao saneamento — afirmou o senador.

Na visão de Viana, a sociedade precisa ter uma nova consciência sobre o uso da água. Ele cobrou políticas públicas voltadas para uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos.

— Precisamos adaptar as cidades para a falta de água e para o excesso de chuva. Vai sair muito caro para a humanidade se não adotarmos as medidas corretas — afirmou.

Viana destacou que mais de 130 parlamentares de cerca de 20 países participaram do fórum. Eles assinaram um documento chamado *Manifesto Parlamentar*, para que o direito à água seja protegido nas legislações.

Evento global pode incentivar debate, afirma Pedro Chaves

Ao comemorar a realização do 8º Fórum Mundial da Água, Pedro Chaves (PRB-MS) disse que a abrangência política, técnica e institucional do evento pode estimular a participação da sociedade no debate, mobilizando todo o Brasil e o mundo para vencer a crise hídrica.

Atualmente, disse o senador, o maior consumo é da agricultura, com 70% do total, seguida pela indústria, com 20%, e pelo uso doméstico com 10%.

— É preciso adotar mecanismos que tornem nossa agricultura eficiente. Esse nível é preocupante! O uso sustentável dos recursos hídricos tem urgência em ser pautado.

Projeto institui 2018 como ano de defesa dos direitos da pessoa idosa

O ano de 2018 será instituído como o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/2018, aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O texto vai à sanção presidencial.

A escolha do ano de 2018 se deu em razão da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, celebrada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2015. O Brasil está atualmente em processo de ratificação dessa convenção. O acordo (Projeto de Decreto Legislativo 863/2017) está em análise na Câmara dos Deputados.

O PLC estipula que, em celebração ao ano, haverá palestras, eventos, ações conjuntas da administração pública para incentivar a valorização do idoso, além de divulgação da convenção. O objetivo não é criar data comemorativa no calendário nacional, mas estabelecer um marco para estímulo de ações pelos direitos dos idosos.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que relatou o texto na Comissão de Direitos Humanos (CDH), lembrou que em 2018 são comemorados os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 15 anos da aprovação do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003). Ele comemorou a aprovação do projeto.

— Fico feliz que, num momento de tanto conflito no mundo político do nosso país, eu tenha participado de um grande acordo entre Legislativo e Executivo por um projeto tão importante.

Elmano elogia gestão compartilhada da Bacia do Rio Parnaíba

Elmano Férrer (PMDB-PI) destacou em Plenário a importância do Fórum Mundial da Água e elogiou a decisão dos governadores do Piauí, do Maranhão e do Ceará pela gestão compartilhada da Bacia do Rio Parnaíba.

O senador ressaltou que o Comitê Gestor da Bacia, a segunda mais importante do Nordeste, seguirá um modelo inspirado nas melhores práticas mundiais, promovendo a gestão compartilhada entre o poder público, os usuários e a sociedade civil organizada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Brasil precisa investir mais na África, alerta diplomata

Após sabatina na Comissão de Relações Exteriores, Vivian Loss Sanmartin teve aprovada sua indicação para o cargo de embaixadora do Brasil em Camarões e no Chade. Indicação agora vai para o Plenário

A ÁFRICA É hoje um continente com enorme potencial de crescimento, riquíssimo em recursos naturais, com 300 milhões de pessoas na classe média e uma maioria de população “jovem e entusiasmada”. Esse foi o quadro apresentado pela diplomata Vivian Loss Sanmartin durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), ontem.

A indicação de seu nome ao cargo de embaixadora do Brasil na República de Camarões e cumulativamente no Chade foi aprovada pelo colegiado e vai para o Plenário do Senado.

Vivian defendeu a diplomacia Sul-Sul e a abertura e a manutenção de representações brasileiras no continente africano. Reforçou que a África já é tratada internacionalmente

como “a próxima fronteira do desenvolvimento capitalista” e disse que o Brasil vai ficar para trás se não solidificar estratégias para a ocupação desses mercados.

— A China, por exemplo, somente entre 2016 e 2020, está investindo US\$ 60 bilhões em países africanos. São 300 projetos de infraestrutura, uma presença avassaladora. E eles não querem só recursos. Estão olhando para o potencial desses mercados.

Para o vice-presidente da CRE, senador Jorge Viana (PT-AC), o Brasil é muito beneficiado, inclusive economicamente, quando busca aproximar-se de nações em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina.

Na sabatina, a diplomata disse que o governo de Cama-

rões analisa a possibilidade de comprar aviões Supertucano da Embraer, o que será um dos focos de sua atuação, se sua indicação for confirmada. Outra prioridade, afirmou, será a exportação de produtos como tratores e escavadoras.

Ana Amélia (PP-RS) pediu que a embaixada priorize a exportação de arroz para Camarões, pois a nação não produz cereais e o Rio Grande do Sul tem excedente na produção.



Pedro Franco/Agência Senado

Para Chaves, a ponte e o corredor darão mais competitividade ao Brasil

Comissão aprova construção de ponte entre Brasil e Paraguai

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o acordo firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai para a construção de uma ponte entre os municípios de Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, no departamento de Alto Paraguay. A ponte passará sobre o Rio Paraguai e deverá ser custeada em partes iguais pelos governos das duas nações. A análise segue para o Plenário do Senado.

O relator do texto (PDS 17/2018), senador Pedro Chaves (PRB-MS), ressaltou que a construção da ponte é uma reivindicação antiga dos setores produtivos ligados ao agronegócio. A efetivação da obra, segundo ele, trará um impacto significativo no escoamento da produção voltada aos mercados asiáticos, especialmente a China, por meio do chamado corredor

bioceânico, que passará também pelo Chile.

— Com a construção dessa ponte e a criação desse corredor, vamos nos tornar muito mais competitivos. Esse projeto vai ao encontro dos interesses de Mato Grosso do Sul — disse Chaves, salientando que a nova ligação com o Paraguai e, por conseguinte, com o Chile, possibilitará escoar a produção de commodities diretamente pelo Oceano Pacífico.

Para o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), os benefícios econômicos são evidentes.

— É um grande negócio para nosso país. Ao custo da metade do preço de uma ponte sobre o Rio Paraguai, economizaremos 10 mil milhas marítimas para alcançarmos o Pacífico. O impacto de competitividade no preço de nossos produtos será enorme.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br



Vivian Sanmartin na sabatina com o presidente da CRE, Fernando Collor

Audiência: cidadania começa na comunidade

Os líderes comunitários de todo o país ajudam a dar voz a suas comunidades, facilitando a apresentação de demandas ao poder público e resolvendo problemas simples, como um buraco na rua, ou graves, como abusos de autoridades. A análise foi feita ontem em

audiência na Comissão Senado do Futuro (CSF).

O presidente da CSF, Hélio José (Pros-DF), disse que o exercício da cidadania começa nas comunidades. Ele informou que será realizada no Plenário, em maio, sessão solene para homenagear as lideranças

comunitárias. O secretário-geral da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (Abraço), Ronaldo Martins, disse que líderes comunitários abrem mão de parte da vida pessoal pelo bem-estar da comunidade. O coronel da polícia militar Néviton Pereira disse que muitas lideranças, como Chico Mendes e Dorothy Stang, foram mortas no Brasil por defenderem suas localidades.

O vice-presidente da Associação Nacional de Líderes Comunitários, Benjamin de Moraes, afirmou que toda liderança comunitária é também uma liderança política.



Hélio José (C) preside debate sobre organização comunitária

Violência doméstica nordestina debate no DF

Cerca de 40 pessoas participaram ontem do Projeto Pauta Feminina, promovido em Ceilândia (DF) pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Procuradoria da Mulher da Câmara. O tema foi “A voz das mulheres no combate à violência doméstica”.

O evento, em parceria com a Diretoria-Geral do Senado, se deu no Centro Especializado de Atendimento à Mulher. A mediação ficou a cargo da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

— Estamos realizando esta atividade, que traz o Parlamento para fora dos muros do Senado, sob o



Diretora-geral do Senado, Ilana Trombka (C) comanda evento

impacto de feminicídios recentes em Brasília, um na Asa Sul e outro em Ceilândia, e da morte da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro — disse Ilana.

A delegada-chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, Sandra Melo, con-

tou um pouco de sua experiência.

— A mulher é penalizada até na hora de cumprir a pena, pois as visitas escasseiam após dois ou três meses, ao passo que o homem preso sempre conta com a constância das visitas das companheiras — afirmou.

MP pode ser ampliada para estimular o refino e beneficiamento do petróleo

Representantes do governo e o relator da medida provisória que muda as regras de comercialização da parcela extraída do pré-sal que fica com a União, senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), defenderam ontem a ampliação

do texto para estimular a indústria de refino e beneficiamento de petróleo. O texto original prevê que a venda será feita diretamente pela Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA).

Em reunião ontem da comissão mista que analisa

a MP, Bezerra disse que é inadmissível assistir a uma importação crescente de produtos refinados no momento em que a produção de óleo e gás começa a deslançar com o pré-sal.

Para ele, a MP 811/2017

pode se transformar em uma indutora no processo de industrialização da cadeia de refino do petróleo.

— Que a gente vá um pouco além e possa criar um arcabouço legislativo para ampliar a capacidade brasileira de

refino — disse Bezerra.

A comissão ainda terá mais uma audiência pública, na quarta-feira, antes da apresentação do relatório final de Bezerra, prevista para o início de abril.

Com Agência Câmara